

ESCOLARIDADE, CICLO ECONÔMICO E OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Alexandre Queiroz Guimarães
FJP – PUC MINAS

1 INTRODUÇÃO

Este artigo estuda o comportamento dos rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre os anos 2001 e 2004. Partindo de um trabalho similar escrito em 2003 (Fundação João Pinheiro, 2003), procura-se analisar as suas conclusões à luz das evoluções recentes ocorridas no mercado de trabalho metropolitano. Como pano de fundo e preocupação central, encontram-se a má distribuição de renda no Brasil e a contribuição da educação para esse resultado. Procura-se, também, verificar o impacto que a escolaridade e a posição na ocupação exercem na renda auferida e os efeitos do ciclo econômico nas rendas recebidas pelos grupos mais vulneráveis.

A má distribuição de renda no Brasil remonta ao período colonial, fruto da segmentação na estrutura social, da distribuição de terra desigual e do acesso às decisões políticas muito diferenciado. No século XX, a forma como foi conduzida a industrialização em um país periférico, marcada por um processo dual e por uma oferta ilimitada de mão-de-obra, contribuiu significativamente para a obtenção de resultados desiguais. A isso se somou um modelo de substituição de importações voltado para o mercado interno, privilegiando alguns setores intensivos em capital e discriminando negativamente o de exportações e outros em que o País tinha vantagens comparativas, como a agricultura e a indústria leve intensiva em trabalho (Balassa, 1982). Para completar o quadro, soma-se uma política econômica permissiva em relação à inflação, que, por si só, já penalizava os grupos mais vulneráveis, alternada com planos de estabilização que, ao desacelerar a atividade econômica e ao controlar os salários, atingia mais fortemente as categorias salariais mais baixas.

Em meio a todos esses fatores, inegavelmente importantes para a explicação da desigualdade, destaca-se a pouca atenção dada à educação durante o processo de desenvolvimento, resultando em baixo grau de escolaridade e grande desigualdade na distribuição do ativo *escolaridade*. Quando se avaliam as concepções dos economistas do desenvolvimento que balizaram os programas de desenvolvimento adotados pelos países do Terceiro Mundo no imediato pós-guerra, nota-se que eles dispensaram grande atenção ao capital físico, à infra-estrutura, à poupança e às falhas do mercado, porém foram parcimoniosos com relação ao capital humano (Meier, 2000). Esse diagnóstico, que espelha carências críticas verificadas naquele momento nos países pobres, ajuda, em parte, a entender o principal foco do programa adotado.

Uma segunda hipótese, ainda que em termos bastante especulativos, pode ser aqui aventada para explicar o descaso conferido à educação no Brasil, qual seja, a forma desigual como se deu a modernização

do Estado brasileiro.¹ Na impossibilidade política de efetuar reformas radicais, esta se deu via introdução de bolsões de eficiência, estratégia que atingiu principalmente os órgãos relacionados à burocracia econômica, como o BNDES, a CACEX e empresas estatais, - e à política externa, como o Itamaraty. A educação não se incluía nesses bolsões de eficiência, o que pode estar relacionado à importância da nomeação de professoras para a prática clientelista, uma característica central do jogo político daquela época. Assim, os órgãos públicos ligados à educação, por serem redutos importantes da política de patronagem e não foram modernizados, o que explica em parte os resultados insatisfatórios verificados para o setor durante os programas de desenvolvimento.²

A importância da escolaridade para explicar a desigual distribuição de renda no Brasil é atestada em vários estudos, que atribuem a essa variável entre um terço e um meio da desigualdade de renda existente no país. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 409), a escolaridade explica dois terços das fontes de desigualdade identificáveis, enquanto a eliminação da heterogeneidade educacional reduziria em 40% a desigualdade salarial. Para os mesmos autores, diferenciais de escolaridade explicam 47% da desigualdade salarial brasileira, contra apenas 15% nos Estados Unidos.³ Conclusões similares são obtidas por Ramos e Vieira (2001, p. 7), segundo os quais diferenças na escolaridade, quando avaliadas em conjunto com outras variáveis, explicam 25% da desigualdade total.⁴

A despeito da estabilização monetária e de mudanças de governos e nas políticas adotadas, a persistência da desigualdade, em anos recentes, reforçou a importância da escolaridade como variável-chave para a explicação das desigualdades de renda no Brasil. Experiências de outros países mostram o impacto do rápido aumento da escolaridade na redução do valor de mercado da escolaridade, contribuindo para a melhoria na distribuição de renda (Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 415).

Na década de 1990, importantes eventos tiveram impacto na distribuição de renda, com destaque para a estabilização monetária, que muito contribuiu para a redução da pobreza (Rocha, 2003). Essa década foi marcada pela melhoria das políticas sociais, com destaque para a previdência rural e outras políticas de transferência de renda para famílias mais pobres. No entanto, essas forças favoráveis à melhor distribuição foram contrapostas com outros fatos e eventos, os quais, em decorrência da interação dos vetores, foram responsáveis pela estabilidade da desigualdade nos últimos anos. Combinada com a valorização do câmbio, a abertura econômica forçou as empresas a se adaptarem a um mercado altamente competitivo. A importação de máquinas intensivas em capital e a introdução de inovações organizacionais tiveram efeito negativo sobre o emprego. Além disso, o processo de abertura prejudicou algumas indústrias intensivas em trabalho, como a têxtil, colaborando para uma ocupação menor no setor industrial.

¹ Estado esse que, como bem sabido, desempenhou um papel muito influente no programa de desenvolvimento brasileiro.

² Isso é bem exemplificado pelo Plano de Metas, em que, além da pouca atenção relativa dedicada à educação, os resultados para esta meta específica foram insatisfatórios (Lafér, 2002).

³ Enquanto a distribuição salarial entre trabalhadores com escolaridade similar era pouco mais desigual no Brasil que nos Estados Unidos, a desigualdade salarial entre trabalhadores com escolaridade diferente explicava grande parte da desigualdade (Barros, Henriques e Mendonça, 2002, p. 410).

⁴ Vale enfatizar que a importância conferida à escolaridade não implica abraçar alguma teoria específica. Constata-se apenas a existência de forte correlação entre renda recebida e escolaridade, o que pode ser explicado pela teoria do capital humano, pela teoria do credencial ou por outra teoria.

O desemprego cresceu vertiginosamente, afetando criticamente as pessoas mais pobres e com menor qualificação. Por sua vez, algumas tendências internacionais ligadas à globalização e à introdução de novas tecnologias tiveram como impacto a valorização dos trabalhadores mais qualificados, em prejuízo dos menos qualificados e escolarizados.⁵ Segundo Ramos e Brito (2003: 46), aproximadamente 60% dos novos postos gerados entre 1991 e 2002 foram ocupados por indivíduos com alguma formação universitária (ou seja, aqueles que pelo menos ingressaram na universidade). Os anos 90 foram também marcados pelo baixo crescimento do assalariamento, pelo aumento da informalidade, que em 1999 rompeu a barreira dos 50%, e pela queda na participação dos salários na renda nacional (Ramos e Brito, 2003, p. 37).

Uma mudança importante a se destacar foi a evolução das políticas para o setor educacional a partir dos anos 90. A introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que teve impactos importantes na gestão das escolas e no salário dos professores, aliada a outros programas, como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, contribuiu para a promoção de melhorias consideráveis no setor educacional: aumentou a frequência à escola, tanto no nível fundamental como no nível médio; as taxas de analfabetismo foram reduzidas; e a escolaridade média da população elevou-se significativamente. No entanto, o processo foi também marcado por sérias limitações: o aumento no grau de escolaridade não tem sido acompanhado por uma elevação significativa da qualidade do ensino; e, mais que isso, muitas pessoas têm passado pela escola sem aprender nada, e formam um grande grupo de analfabetos funcionais (PUCMINAS/IDHS e PNUD, 2004).

Um ponto que aqui muito nos interessa verificar é o impacto dessas mudanças na distribuição de renda. Não obstante as limitações enfatizadas, é importante conferir se a melhoria no grau de escolaridade tem se refletido na redução da desigualdade de renda. A questão que se coloca é: em face de um novo ciclo de crescimento econômico, poder-se-ia esperar redução do valor de mercado da educação, de modo a contribuir para a redução na desigualdade de renda? Essas são questões importantes, a serem analisadas em conjunto com outros fatos e tendências destacados acima, incluindo a introdução de novas tecnologias e de mudanças organizacionais – que têm reflexos na demanda por trabalho. Se, de um lado, notam-se melhorias na escolaridade média, a justificar a expectativa de impactos positivos, ainda que modestos, na distribuição de renda, de outro, alguns autores enfatizam que os efeitos dos investimentos em educação seriam esperados apenas no longo prazo, uma vez que levará certo tempo para os atuais beneficiários do sistema educacional ingressarem no mercado de trabalho.

Relacionado a esse quadro, está o impacto do ciclo econômico na distribuição de renda. Em estudo sobre os anos 70 e 80, Ramos (1993) concluiu que em períodos de grande crescimento econômico, em que a economia aproximou-se do pleno emprego, houve uma elevação relativa da renda dos menos escolarizados em relação aos ocupados com escolaridade mais alta. De forma inversa, os trabalhadores menos qualificados sofreram mais com a crise dos anos 80, uma vez que as empresas procuraram preservar os mais qualificados, que recebiam maiores investimentos em treinamento e tinham, conseqüentemente, maior custo de reposição.

⁵ Isso é ilustrado por estudo do DIEESE (2001), que mostra que mesmo em anos de expansão da oferta de postos de trabalho a oferta de postos para trabalhadores com baixa qualificação reduziu-se.

Os últimos dez anos foram de crise, alternados por breves períodos de recuperação. Estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2003) mostrou como esse período de crise teve efeitos negativos sobre os grupos com menor escolaridade, incluindo os trabalhadores autônomos e os empregados no comércio. No entanto, 2004 foi um ano de crescimento econômico relevante, com fortes sinais de recuperação. Em face da recuperação do mercado de trabalho, que continua em 2005 a se comportar bem e a criar postos de trabalho, é importante verificar o comportamento da renda dos menos qualificados vis-à-vis os trabalhadores com maior escolaridade. Isso contribui para entender o impacto da escolaridade na distribuição de renda, gerando *insights* para a compreensão de tendências futuras, principalmente no caso de a economia reencontrar uma rota sustentada de crescimento.

2 CONCLUSÕES RELATIVAS AO ANO DE 2001

Em 2001, a escolaridade foi responsável por 37,6% do diferencial de renda verificado entre os ocupados⁶ na RMBH (Fundação João Pinheiro, 2003). Sua influência foi muito significativa para os assalariados com carteira e para os assalariados do setor público, porém menos relevante para os assalariados sem carteira e menos relevante ainda para os autônomos. Em média, um ano a mais de estudo elevava a renda em 10,2%. Entre 1996 e 2001, o grau de escolaridade dos ocupados na RMBH elevou-se significativamente, com grande aumento das pessoas que concluíram o primeiro e o segundo grau, enquanto o aumento na conclusão do terceiro grau foi bem mais modesto. No entanto, a melhoria na escolaridade não significou elevação expressiva na renda recebida. Isso é bem ilustrado pela grande redução da renda média dos ocupados com o segundo grau completo. Como concluíam o segundo grau mas não tinham seu rendimento elevado, a renda média do grupo dos ocupados com o segundo grau completo reduziu significativamente. Esse resultado foi confirmado pela regressão em que, ao contrário de 1996, a conclusão tanto do primeiro quanto do segundo grau não teve efeito autônomo expressivo sobre a renda auferida.⁷

A segunda variável mais relevante na explicação dos diferenciais de renda havia sido a *posição na ocupação*, responsável por 16,1% da desigualdade de renda. A existência de segmentação no mercado de trabalho foi atestada pela situação dos assalariados sem carteira, que recebiam, em média, 18,5% a menos que os assalariados com carteira com características similares. No caso dos autônomos, verificou-se forte queda de rendimentos entre 1996 e 2001, 2,76 vezes superior àquela verificada para os assalariados com carteira. Em 1996, autônomos recebiam 4% a mais que assalariados com carteira com características

⁶ Naquela pesquisa, assim como na atual, incluíram-se como ocupados os indivíduos que possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, os que possuíam trabalho remunerado obtido de forma irregular mas não estavam procurando trabalho e os que possuíam trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, desde que não estivessem procurando emprego. Para considerações metodológicas detalhadas, vale a consulta à Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em parceria com o DIEESE em várias capitais do País.

⁷ Em 1996, além do aumento na renda propiciado por cada ano de estudo, a conclusão de cada grau tinha um efeito adicional. Esse efeito foi de 8,2% para a conclusão do primeiro grau e de 33,8% para a conclusão do segundo grau. Em 2001, a conclusão do primeiro grau deixou de ter importância, enquanto a conclusão do segundo grau passou a aumentar a renda em apenas 14,9%.

similares de escolaridade, sexo, setor de atividade, idade e tempo no trabalho. Em 2001, a diferença inverteu-se em 12,3% a favor dos assalariados com carteira.⁸

3 RESULTADOS PARA 2004

A tabela 1 mostra as rendas médias e a participação de cada grupo, segundo a escolaridade, na população dos ocupados para 2001 e 2004. Na mesma direção das transformações verificadas entre 1996 e 2001, nota-se um aumento no grau de escolaridade da população: o número de pessoas com pelo menos o primeiro grau subiu de 60,1% para 66,6%; o de pessoas com pelo menos o segundo grau completo, de 40% para 46%; e os com terceiro grau completo, de 10,6% para 12,1%. Também na mesma direção do período anterior, a remuneração dos que contam com o segundo grau completo caiu muito mais do que a remuneração dos ocupados como um todo: 16,2%, contra 8,3%. Assim, vale insistir que esse resultado não se traduz em aumentos significativos na remuneração obtida, contribuindo para a redução da renda média recebida por este grupo⁹, embora mais pessoas estejam concluindo o segundo grau.

Um ponto importante a se destacar é que a renda caiu menos para os grupos de menor escolaridade: 7% para aqueles com até a quarta série, e 5% para os ocupados entre a 5ª e a 7ª série, contra 15% para os grupos com o primeiro grau completo e 15% para aqueles com o terceiro grau completo. Assim, revertendo uma tendência verificada entre 1996 e 2001, houve uma melhoria relativa da renda dos grupos com menor escolaridade.¹⁰ De acordo com esse resultado estão as conclusões obtidas pelo cálculo do índice L de Theil para o período. **Esses cálculos indicam uma redução da influência da escolaridade na explicação da desigualdade de renda verificada na RMBH.** Em 2001, os diferenciais de renda entre os grupos de escolaridade explicavam 37,6% da desigualdade, influência que, em 2004, caiu para 36,2%.

TABELA 1 - RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Até a 4ª série do 1º grau	22,5	19,2	453,00	423,00
De 5ª a 7ª série	16,6	14,2	489,00	465,00
1º grau completo	20,4	19,2	613,00	522,00
2º grau completo	29,6	35,4	926,00	776,00
3º grau completo	10,6	12,1	2717,00	2311,00
Total/Média Geral	100,0	100	873,00	801,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Entre 2001 e 2004, houve pouca variação na distribuição dos ocupados por posição na ocupação (TAB. 2). Em relação aos rendimentos, a queda maior se deu para os autônomos (17%), confirmando a

⁸ Em relação ao setor de atividade, a principal mudança entre 1996 e 2001 foi a forte queda na renda verificada no setor comércio, que caiu 24,1%, contra uma queda de 10,5% verificada no setor de serviços.

⁹ Concluir o segundo grau não apenas tem sido mais comum. Vale enfatizar a proliferação de cursos supletivos e de má qualidade que facilitaram a conclusão desse estágio da formação escolar, apesar do impacto desprezível em termos de formação e qualidade do estudante.

¹⁰ Entre 1996 e 2001, a renda caiu 28% para os ocupados com o segundo grau completo, 23% para os indivíduos com o primeiro grau completo, 12% para os dois primeiros grupos de escolaridade e 10,7% para os ocupados com o terceiro grau completo.

tendência que se verifica desde 1996. A queda para os empregadores foi de 9%; para os assalariados do setor público, de 7%; para os assalariados com carteira, de 6,5%; e para os assalariados sem carteira, de 3,2%. Vale destacar, à semelhança do que ocorreu no período de 1996 a 2001, a melhor *performance* relativa dos assalariados sem carteira em relação aos outros grupos. Nota-se também que o *emprego doméstico* foi a única categoria que teve um aumento real de renda, embora bastante modesto.

A influência da posição na ocupação para as desigualdades de renda cresceu entre 2001 e 2004. Em 2001, 16,1% da desigualdade total verificada eram explicados pelos diferenciais de renda entre as respectivas posições na ocupação (excluindo os domésticos).¹¹ Em 2004, a contribuição da posição da ocupação para a desigualdade subiu para 19,3%. Portanto, enquanto houve redução do poder explicativo da escolaridade, a influência da variável *posição na ocupação* para a explicação da desigualdade teve uma elevação significativa. Vale notar que a desigualdade caiu entre os assalariados com carteira, porém subiu entre os assalariados sem carteira, autônomos e empregadores.¹²

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2001)	
	2001	2004	2001	2004
Assalariado com carteira	42,3	42,3	820	766
Assalariado sem carteira	9,1	9,3	502	486
Assalariados do setor público	13,4	13,2	1473	1370
Autônomos	19,1	18,9	712	593
Empregadores	3,1	3,2	2460	2239
Empregado doméstico	11,5	11,6	284	289
Outros	1,5	1,5	-	-
Total/Média Geral	100	100	873	801

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os assalariados do setor público possuem grau de escolaridade superior ao dos ocupados em geral e recebem, na média, rendimentos 71% acima. Vale enfatizar que essa diferença em 2001 foi de 56%, indicando que a renda média dos assalariados do setor público caiu menos que a daqueles de outras categorias. Entre os assalariados do setor público, as categorias com menor escolaridade tendem a receber mais que os ocupados, enquanto o inverso ocorre apenas para o grupo com o terceiro grau completo. É interessante destacar as variações na renda média dos assalariados do setor público vis-à-vis os ocupados entre 2001 e 2004, por grupo de escolaridade. Na faixa até a quarta série do primeiro grau, a diferença reduziu de 20%, em 2001, para apenas 8%, em 2004. Já para indivíduos com o primeiro grau completo, a redução foi de 35%, em 2001, para 30%, em 2004. Para indivíduos com o segundo grau completo, a diferença aumentou de 22,6% favoravelmente aos assalariados do setor público, em 2001, para 32%, em 2004. Enfim, para os ocupados com o terceiro grau completo a diferença reduziu de 6,3% para 3,4%, indicando, também para essa faixa, que a renda caiu mais lentamente para os assalariados do setor público do

¹¹ A categoria dos domésticos foi excluída, devido à sua renda muito baixa e ao seu grau de homogeneidade. A escolha foi justificada pelo desejo de centrar a análise nas diferenças de renda existente entre as demais categorias, procurando destacar outras fontes de segmentação no mercado de trabalho. No entanto, deve-se destacar que, uma vez considerando o emprego doméstico, a influência da posição na ocupação sobre a desigualdade seria ainda maior.

¹² Em 2001, os índices L de Theil foram de 0,33 para os assalariados com carteira, 0,34 para os assalariados sem carteira, 0,40 para os assalariados do setor público, 0,43 para os autônomos e 0,35 para os empregadores. Em 2004, os respectivos índices foram: 0,29, 0,35, 0,40, 0,47 e 0,39.

que para os ocupados em geral. Vale também destacar que as quedas de renda mais significativas para os assalariados do setor público ocorreram para os trabalhadores com até a 4ª série (16%), para aqueles com o primeiro grau completo (18%) e para aqueles com o terceiro grau completo (13%). Apesar dessas variações, a desigualdade interna dos assalariados do setor público, medida pelo índice L de Theil, não se alterou.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ/2001)	
	2001	2004		
Até a 4ª série do 1º grau	8,9	7,7	544,00	457,00
De 5ª a 7ª série	5,5	3,8	626,00	587,00
1º grau completo	12,4	9,8	830,00	682,00
2º grau completo	40,9	42,4	1137,00	1025,00
3º grau completo	32,3	36,3	2547,00	2233,00
Média Geral	100,0	100	1473,00	1370,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Em relação aos assalariados sem carteira, ocorreu um significativo aumento do grau de escolaridade média, sendo que 47,6% tinham, em 2004, concluído pelo menos o segundo grau completo, contra 36,8%, em 2001. Além de a renda média para o grupo como um todo ter caído bem menos do que para os ocupados em geral, é interessante notar que a renda dos assalariados sem carteira com o terceiro grau completo aumentou 13,7%, contrastando com a queda de renda de 15% para os ocupados com a mesma escolaridade. Isso aponta para uma mudança de perfil nesse grupo, com os ocupados mais qualificados passando a trabalhar sem carteira, o que se reflete no significativo aumento da contribuição da escolaridade para explicar a desigualdade de renda entre os assalariados sem carteira. Em 2001, diferenciais de renda entre grupos de escolaridade explicavam apenas 24,5% da desigualdade verificada para esse grupo. Em 2004, diferenciais de escolaridade passaram a ser responsáveis por 39,0% da desigualdade interna ao grupo, uma contribuição maior que para os ocupados em geral.

A tabela 4 mostra as diferenças de renda entre os assalariados com carteira, os sem carteira e os autônomos, segundo o setor de atividade. Vale notar que os assalariados sem carteira recebem bem menos que os assalariados com carteira em todos os setores, exceto na construção civil.¹³ Esse resultado reflete a existência de segmentação do mercado de trabalho, uma vez que indivíduos com atributos semelhantes têm acesso a postos de trabalho diferenciados e recebem, portanto, de modo diferenciado. Essa conclusão é reforçada pelos resultados da regressão.

TABELA 4 - RENDIMENTO REAL MÉDIO (1), POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					
	RENDA MÉDIA REAL (2001)			RENDA REAL MÉDIA (2004)		
	I	II	III	I	II	III
Indústria	959,00	498,00	728,00	947,00	503,00	558,00
Construção civil	817,00	492,00	512,00	695,00	690,00	460,00
Comércio	665,00	451,00	664,00	615,00	399,00	563,00
Serviços	814,00	526,00	802,00	753,00	500,00	662,00
Total	820,00	502,00	712,00	766,00	486,00	593,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Autônomo.

(1) A preços de dezembro de 2004.

¹³ A diferença nesse setor era também significativa em 2001, o que demanda certa cautela ao interpretar o resultado para 2004: uma vez que é reduzido o número de assalariados sem carteira na construção civil, a confiança estatística em tal resultado é limitada.

Os autônomos compõem o grupo com escolaridade mais baixa, com apenas 53,0% tendo completado o primeiro grau, e apenas 31,2%, o segundo grau. É também o grupo mais desigual, uma vez que agrega ocupações muito distintas, e aquele em que a escolaridade menos contribui para explicar os diferenciais de renda.¹⁴ Entre 1996 e 2001, o grupo dos autônomos foi o que mais sofreu queda de renda, tendência que continuou a se verificar entre 2001 e 2004. A queda na renda dos autônomos se verificou para todos os grupos de escolaridade e foi maior no caso dos autônomos com o terceiro grau completo (28,0%), seguido pelos autônomos com o primeiro grau completo (25,0%). Em relação aos setores de atividade, a queda foi de 23,4% na indústria, 17,5% no setor serviços, 15,3% no setor comércio e 10,2% na construção civil. Vale enfatizar a diferença em relação ao período de 1996 a 2001, em que as quedas tinham sido muito mais acentuadas no comércio e na construção civil. Assim, os resultados acima, em relação tanto ao grupo de *escolaridade* como ao grupo do setor de atividade, podem estar refletindo a retomada do crescimento econômico iniciada em 2003 e confirmada em 2004, contribuindo para a redução do diferencial de renda entre grupos menos e mais escolarizados.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE RMBH - 2001 E 2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Até a 4ª série do 1º grau	30,0	27,6	506,00	427,00
De 5ª a 7ª série	20,5	19,2	525,00	486,00
1º grau completo	21,5	22,1	704,00	528,00
2º grau completo	24,5	27,2	927,00	751,00
3º grau completo	3,5	4,0	2114,00	1527,00
Média Geral	100,0	100,0	712,00	593,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os autônomos agregam grande parte dos postos mal remunerados e dos ocupados situados abaixo da linha de pobreza. Em 2004, 22,3% dos autônomos ganhavam até R\$200,00, enquanto 48,3% recebiam até R\$.400,00. Esta situação se agravou em relação a 2001, quando 19,0% dos autônomos ganhavam até R\$ 200,00 (a preços de dezembro de 2004) e 23,3%, até R\$ 400,00. Quando se considera a linha de pobreza de meio salário-mínimo *per capita*, é bastante factível considerar que um número considerável dos autônomos está abaixo da linha de pobreza.

Como enfatizado no estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2003), a remuneração dos autônomos depende principalmente de variáveis como *posse dos instrumentos e localização do negócio*. Autônomos que trabalham em instalação fora da residência e com posse de instrumentos, especialmente equipamento automotivo, tendem a receber bem mais que autônomos com residência não adaptada e que trabalham em barracas ou bancas. Vale enfatizar que entre 2001 e 2004 a queda de rendimentos foi maior para os autônomos que trabalhavam em barracas ou bancas (20,9%) e para os sem instalação fixa e sem equipamentos (23,0%), exatamente aqueles que vivem em condições mais precárias. A queda foi menor para os autônomos com equipamento automotivo, 11,5%, contra 11,7% para os que trabalham em residência não adaptada.

¹⁴ Em 2001, apenas 15% dos diferenciais de renda entre os autônomos era explicado por diferenças entre os grupos de escolaridade.

TABELA 6 - RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO LOCAL ONDE FUNCIONA A EMPRESA OU NEGÓCIO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – JAN-DEZ/2004

LOCAL DA EMPRESA	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2004)	PARTICIPAÇÃO (%)
Residência adaptada	593,00	7,5
Residência não-adaptada	372,00	16,3
Fora da residência	773,00	35,3
Barracas ou bancas	424,00	2,2
Equipamento automotivo	1053,00	6,6
Sem instrumento com equipamento	446,00	27,6
Sem instrumento sem equipamento	314,00	3,9
Total	593,00	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os diferenciais de renda entre setores de atividade contribuem pouco para explicar a desigualdade.¹⁵ Entre 2001 e 2004, houve aumento na participação relativa do comércio e do setor serviços no total dos ocupados. A maior renda média é encontrada no setor serviços (R\$ 948,00) e na indústria (R\$ 947,00), enquanto a menor renda média é encontrada no setor de comércio (R\$ 647,00). Vale enfatizar que entre 2001 e 2004 houve aumento na renda média recebida na indústria, atestando a recuperação dessa atividade na RMBH, favorecida pelo bom comportamento dos setores de bens intermediários, vocação de Minas Gerais, e de automóveis. Destaca-se também a queda significativa na renda média verificada no setor de comércio (15,0%) e no setor de serviços (9,5%). A esse respeito, é importante lembrar que a renda do comércio já vinha decrescendo desde 1996. Entre 1996 e 2004 a renda média desse setor diminuiu 42,6%.¹⁶

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDA MÉDIA (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Indústria	14,8	14,2	915,00	947,00
Construção Civil	7,2	6,0	690,00	657,00
Comércio	13,6	14,3	755,00	647,00
Serviços	52,8	53,8	1048,00	948,00
Doméstico	11,6	11,7	284,00	289,00
Total/Média	100,0	100,0	873,00	801,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A construção civil é o setor em que o grau de escolaridade é o mais baixo, sendo que 67,5% dos ocupados não haviam completado o primeiro grau.¹⁷ No comércio, 27,6% não haviam completado o primeiro grau, ao passo que 48,9% haviam completado pelo menos o segundo grau; e apenas 3,9%, o terceiro grau. No setor de serviços, 24,5% não completaram o primeiro grau, 58,1% completaram pelo menos o segundo grau e 19,0%, o terceiro grau. Na indústria, 29,6% não completaram o primeiro grau; 46,7%, completaram pelo menos o segundo grau e 7,4%, o terceiro grau. Vale enfatizar a considerável mudança no perfil dos ocupados na indústria: enquanto em 2001 havia 36,9% dos ocupados sem o primeiro grau completo, essa participação caiu para 29% em 2004, verificando-se pois uma queda de 7,9 pontos percentuais. Para o total

¹⁵ Em 2001, excluindo a categoria emprego doméstico, as desigualdades de renda média entre os setores de atividade explicavam apenas 2,3% da desigualdade total entre os ocupados.

¹⁶ Essa redução de renda no setor de comércio atingiu especialmente os autônomos, que em 1996 recebiam, em média, 27% a mais que um assalariado com carteira no mesmo setor. Em 2001, a renda média entre as duas categorias havia se igualado, enquanto em 2004 os assalariados passaram a receber 9,2% a mais. Embora tanto os autônomos como o setor de comércio tendem a ser mais vulneráveis em períodos de crise, é factível a hipótese de que o maior rigor na fiscalização dos camelôs tenha tido influência significativa na redução da renda dos autônomos no setor de comércio.

¹⁷ Isso dá a esse setor importante significado social, uma vez que é responsável por grande número de postos de trabalho para indivíduos com baixa qualificação.

dos ocupados, a queda foi de 5,7 pontos percentuais. Além disso, vale acentuar que, ao contrário do verificado para os ocupados em geral, a influência da escolaridade para explicar desigualdades de renda elevou-se na indústria. Em 2004, 39,0% da desigualdade de renda do setor foram devidos a desigualdades de renda entre os grupos de escolaridade; em 2001, apenas 32,2% da desigualdade de renda verificada no setor industrial eram explicados pela escolaridade. Esses resultados reforçam a idéia de que a indústria passa a demandar pessoas mais qualificadas e a valorizar mais o ativo *escolaridade*, em consequência das transformações tecnológicas e do padrão manufatureiro. Enfim, outro resultado interessante foi a modificação no padrão de ocupação verificada na construção civil. Em 2004, 55,1% dos ocupados neste setor eram autônomos, contra 51,9% em 2001. Esse resultado também pode refletir a tentativa dos agentes de escaparem da forte regulamentação existente no mercado formal.

Destacam-se também as diferenças de remuneração de renda entre os indivíduos com o terceiro grau completo e aqueles com escolaridade até a 4ª série. Na indústria, os primeiros ganhavam seis vezes mais do que os segundos. No setor de serviços, esse valor foi de 4,9 vezes, e no setor de comércio, de 4,0 vezes. Em 2001, esses valores foram, respectivamente, de 6,1, 5,1 e 4,9 vezes. Assim, houve mudança substancial apenas no setor de comércio, em que o diferencial de renda entre os dois grupos de escolaridade, que já era menor, reduziu-se mais ainda.¹⁸

A tabela 8 explora os efeitos do tempo de permanência no trabalho sobre a remuneração obtida. Nos três setores, a remuneração média se eleva com o maior tempo de permanência no trabalho. Tal elevação, no entanto, é mais pronunciada nos setores indústria e serviços, que revelaram comportamento muito semelhante. Nesses setores, um ocupado com mais de cinco anos no emprego recebe, em média, 3,1 vezes que um com menos de três meses no emprego.

TABELA 8 - RENDIMENTO REAL MÉDIO NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - JAN.-DEZ./2004

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO	SETOR DE ATIVIDADE		
	I	II	III
Menos de 3 meses	430,00	353,00	437,00
De 3 meses a menos 1 ano	526,00	469,00	521,00
De 1 ano a menos de 2 anos	627,00	548,00	630,00
De 2 anos a menos de 5 anos	738,00	637,00	823,00
Mais de 5 anos	1354,00	937,00	1360,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: I - Indústria; II - Comércio; III - Serviços.

4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EFEITO RENDA E EFEITO COMPOSIÇÃO

Em 2004, a distribuição de renda entre os ocupados melhorou, quando comparada com 2001, reforçando a tendência verificada desde 1996. O índice L de Theil caiu de 0,51 em 1996 para 0,47 em 2001 e

¹⁸ Destaca-se a pouca importância da escolaridade para explicar diferenças de renda no setor de comércio. Em 2001, apenas 18% da desigualdade verificada no setor comércio eram explicados por desigualdades entre os grupos de escolaridade.

para 0,45 em 2004. A queda também se verificou para o índice de Gini, que declinou de 0,53 em 1996 para 0,51 em 2001 e 0,48 em 2004.¹⁹

Decompondo a variação do índice L de Theil, conclui-se que a melhoria na distribuição de renda entre 1996 a 2004 deu-se, basicamente, devido ao efeito interno a cada categoria de escolaridade, o que é indicado pela redução do índice de Theil para praticamente todos os grupos de escolaridade, com exceção do grupo com o terceiro grau completo²⁰. Vale enfatizar que tanto o efeito *composição* como o efeito *renda* não contribuíram para a melhoria na distribuição de renda²¹. O primeiro, que mede o efeito de mudanças na distribuição dos indivíduos por grupo de escolaridade sobre a distribuição de renda, foi praticamente nulo: embora tenha contribuído com 15,4% da melhoria na distribuição de renda verificada entre 1996 e 2001, seu efeito foi negativo no período 2001 a 2004.

O resultado do efeito *renda* foi desfavorável no período de 1996 a 2001, indicando que as diferenças entre os grupos de escolaridade estavam contribuindo para o agravamento da desigualdade²². No entanto, o efeito *renda* foi fortemente favorável no período de 2001 a 2004, contribuindo muito para a melhoria da distribuição da renda. O efeito *renda* entre 2001 e 2004 foi de 119%, indicando que, se dependesse apenas dele, a melhoria na distribuição de renda seria ainda maior. No entanto, o efeito *composição* foi na direção oposta (seu valor foi de -67,45%). Mas o efeito *interno* também foi favorável à redução na desigualdade de renda (valor de 47,57) e, combinando-se os vetores, ocorreu a melhoria na distribuição de renda supracitada.

O resultado verificado entre 2001 e 2004 é muito importante para o argumento levantado neste artigo. Ele indica que em um período de recuperação da atividade econômica os diferenciais de renda entre os grupos de escolaridade têm contribuído para melhorar a distribuição de renda. Este resultado está em sintonia com outros obtidos, de forma desagregada, no decorrer deste trabalho. Assim, são evidências em favor da teoria do Labor Hoarding (Ramos, 1993), indicando melhoria relativa dos grupos menos qualificados em períodos de aceleração econômica. Trata-se de um resultado com implicações otimistas, sinalizando que um ciclo sustentado de crescimento econômico (quando vier a ocorrer) pode ter impacto positivo na distribuição de renda. A indústria, como visto, é uma exceção.

A aceitação da conclusão acima, muito importante para o argumento do artigo, implica, no entanto, a necessidade de descartar outras possíveis causas que teriam afetado a renda dos grupos com menor qualificação. Em outras palavras, se o comportamento do efeito *renda* fosse atribuído a um outro fator, o argumento dos efeitos da aceleração econômica sobre a distribuição de renda não se sustentaria. Na busca de possíveis fatores capazes de influenciar o resultado, a variável mais evidente é o *salário-mínimo*, pois, na

¹⁹ É importante enfatizar que esses resultados são para os ocupados, e não para a população em geral. Nesse último caso, seria necessário considerar também a situação dos desempregados e dos inativos, ou seja, aqueles que, por alguma razão, estão fora do mercado de trabalho.

²⁰ Em 1996, o índice de Theil para os grupos com até a quarta série do primeiro grau e entre a quinta e a sétima série foi de 0,3. Para os grupos com o primeiro e o segundo grau completo, o valor foi 0,37, enquanto, para o grupo com o terceiro grau completo, o índice foi igual a 0,29. Em 2004, os valores foram, respectivamente, 0,25, 0,27, 0,27, 0,32 e 0,34.

²¹ Para o significado dos dois efeitos, ver Ramos (1993). Para o cálculo de cada um, ver Hoffmann (1998).

²² Se dependesse apenas do efeito *renda*, a distribuição de renda, medida pelo índice L de Theil, teria piorado aproximadamente em 25,6% entre 1996 e 2001. Isto não ocorreu porque foi mais que compensado pelo efeito *composição* e pelo efeito *interno*.

medida em que afeta mais fortemente categorias com renda menor, um aumento do mesmo seria capaz de reduzir a desigualdade de renda.

Apesar do efeito inegável do salário-mínimo sobre a renda de algumas categorias com menor qualificação, não é possível atribuir os resultados acima às suas variações. Observando uma série do salário-mínimo real entre 1995 e 2004, notamos que o seu aumento foi maior entre 1996 a 2001, período em que o efeito *renda* contribuiu para aumentar a desigualdade de renda, do que no período de 2001 a 2004, em que o mesmo efeito teve os resultados positivos supracitados.²³

5 RESULTADOS A PARTIR DA REGRESSÃO

Os resultados obtidos por meio de uma regressão complementam os obtidos via comparação das médias e via os índices de Theil. Por intermédio de variáveis de controle, a regressão permite apontar a contribuição marginal de cada variável para a renda auferida. A regressão foi realizada com informações de ocupados com idade entre 18 e 65 anos, que trabalham entre 24 e 100 horas semanais e tiveram rendimento maior que zero e menor ou igual a R\$ 10.700,00, compreendendo um contingente de 19.492 indivíduos. Utilizando o logaritmo neperiano da renda como variável dependente, elegeram-se os anos de estudo e o tempo de permanência no trabalho atual (em anos) como variáveis independentes. A essas foi acrescentada uma série de *dummies*, procurando medir os efeitos da posição na ocupação, do sexo, da idade e do setor de atividade:²⁴

$$\ln y_t = c + \beta_{ij} X_t + u_t,$$

onde,

y_t = vetor da renda real auferida mensalmente pelos indivíduos

c = constante

X_t = matriz com os anos de estudo, tempo de serviço do indivíduo e com as várias *dummies* supradestacadas.

u_t = resíduo.

Cada ano de estudo aumenta a renda auferida em 10,1%. Apurou-se, ainda, uma redução em relação a 2001, quando esse valor foi de 10,4%, indicando redução na sensibilidade da renda à escolaridade, uma trajetória que se verifica desde 1996, quando cada ano de estudo elevava a renda em 11,2%. Em relação à segunda variável independente, verificou-se que cada ano no serviço aumenta a renda em 2,6%, em média.

²³ O salário-mínimo oficial foi deflacionado pelo IPCA, calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (IPEAD) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A fim de captarmos o efeito do salário-mínimo sobre a renda, optamos por uma média ponderada entre o salário-mínimo do ano anterior (vigente nos quatro primeiros meses do ano) e o vigente a partir de maio. Assim, encontrou-se que o salário-mínimo real aumentou 18,25%, entre 1996 e 2001, enquanto o aumento foi de 14,01%, entre 2001 e 2004. O maior aumento anual ocorreu entre 2000 e 2001, de 10,7%.

²⁴ As *dummies* foram introduzidas apenas no intercepto.

A idade tem influência positiva sobre a renda, indicando a desvantagem relativa dos jovens que ingressam no mercado de trabalho. Mesmo descontando os outros atributos, como escolaridade e tempo no serviço, mostra-se que indivíduos mais velhos tendem a receber significativamente mais que os incluídos na categoria base (entre 18 e 24 anos). A tabela 9 sintetiza os efeitos da variável *idade* sobre a renda recebida. Indivíduos na faixa de 40 a 50 anos tendem a receber 52,8% a mais que indivíduos entre 18 e 24 anos, controlando pelas demais variáveis.²⁵ Comparando com 2001, nota-se uma redução na influência da idade sobre a renda recebida. Essa queda foi muito pronunciada para a categoria de 25 a 29 anos, em que a influência reduziu-se em 8,6 pontos percentuais,²⁶ e para a categoria de 60 a 65 anos, na qual a queda foi de 6,8 pontos percentuais (tabela. 9).

TABELA 9 - INFLUÊNCIA DA IDADE SOBRE A RENDA MÉDIA, QUANDO CONTROLADO PELAS VARIÁVEIS DA REGRESSÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - JAN.-DEZ./2004

FAIXA DE IDADE	ELEVAÇÃO NA RENDA (%) EM RELAÇÃO À CATEGORIA BÁSICA (18 A 24 ANOS)	
	2001	2004
25 a 29 anos	36,5	27,9
30 a 34 anos	46,5	42,2
35 a 40 anos	50,0	49,0
40 a 49 anos	57,2	52,8
50 a 59 anos	55,5	52,2
60 a 65 anos	51,5	44,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A regressão também captou a influência do sexo sobre a renda recebida: comparando indivíduos com as demais características semelhantes, encontrou-se que os homens recebiam, em média, 42,0% a mais que as mulheres, resultado muito próximo do verificado em 2001. Em relação aos setores de atividade, nota-se que indivíduos ocupados na indústria tendem a receber 3,7% a mais que os com características semelhantes ocupados no setor serviços. A construção civil tende a pagar 3,2% a mais²⁷, enquanto o setor comércio paga 4,4% a menos. Isso significa: a renda média inferior verificada no setor comércio deve-se não apenas a diferenciais de escolaridade e a outros atributos, mas também ao fato de que o setor, por si só, tende a pagar menos. Em 2001, esse diferencial negativo verificado para o setor comércio foi de 5,9%. Em 1996, porém, indivíduos empregados neste setor recebiam mais do que aqueles ocupados no setor serviços com características semelhantes. Enfim, empregados domésticos tendem a receber 16,8% a menos que indivíduos com características semelhantes ocupados no setor serviços. Em 1996, essa diferença era de 17,5%.

Em relação à posição na ocupação, os assalariados sem carteira recebem 23,7% a menos que os assalariados com carteira com características semelhantes, forte indicativo da existência de segmentação no mercado de trabalho. Em 2001, essa diferença foi de 18,5%, um aumento deveras significativo. Uma vez que esse indicador ligado à segmentação aumentou, mas a diferença de renda entre assalariados com e sem

²⁵ Quando comparados com a faixa de 25 a 29 anos, indivíduos entre 40 e 50 anos tendem a receber 19,4% a mais. Vale acrescentar que, analisando os dados para o Brasil como um todo nos anos 90, nota-se um grande aumento da participação da faixa entre 40 e 49 anos entre os ocupados (Ramos e Brito, 2003).

²⁶ Para esse grupo, pode-se levantar a hipótese de um possível retardamento na entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. Indivíduos recém ingressados e com pouca experiência tenderiam, assim, a receber remunerações menores.

²⁷ Nesse setor, nota-se uma diferença em relação a 2001, quando ocupados na construção civil recebiam 3,3% a menos que indivíduos com características semelhantes ocupados no setor de serviços.

carteira diminuiu, pode-se concluir que esse último resultado se deve a uma mudança nos atributos dos assalariados sem carteira, que passaram a ter um grau de escolaridade maior e a ocupar postos mais qualificados. Como enfatizado, esse movimento pode ser explicado pela decisão de algumas categorias driblarem a regulamentação implícita no emprego com carteira. Apesar disso, vale enfatizar a persistência da segmentação, e em um grau mais elevado.

O resultado da regressão para os assalariados do setor público não se alterou muito em relação a 2001. Esse grupo recebeu 11,8% a mais que assalariados com carteira com atributos similares em 2004. Já a situação dos autônomos continuou a se deteriorar. Em 2004, recebiam 24,3% a menos que assalariados com carteira com atributos semelhantes. Vale enfatizar que essa diferença em 2001 era apenas de 12,1%, enquanto em 1996 os autônomos recebiam, em média, 4,0% a mais que assalariados com carteira com atributos similares. Para os empregadores, o diferencial positivo foi de 42,7%.

A partir de uma outra regressão, procurou-se verificar diferenças na sensibilidade da renda à escolaridade a partir dos setores produtivos e da posição na ocupação.²⁸ Verificou-se que ela é maior na indústria (20% a mais que no setor serviços) e menor no comércio e na construção civil. Em relação à posição na ocupação, essa sensibilidade é muito alta para os assalariados do setor público (39% superior aos assalariados com carteira). Para os assalariados sem carteira e para os autônomos, ela é muito próxima aos assalariados com carteira. Também aqui vale destacar a mudança verificada entre os assalariados sem carteira, dado que tanto em 1996 como em 2001 a sensibilidade da renda à escolaridade era muito menor para este grupo.

Enfim, vale a pena fazer algumas observações sobre o impacto da conclusão do grau de estudo na renda recebida. À semelhança de 2001, esse impacto, substancial em 1996, reduziu-se consideravelmente em 2004. Nesse ano, a conclusão do segundo grau não representou contribuição positiva alguma sobre a renda recebida. Em relação à conclusão do terceiro grau, o impacto extra além dos anos de estudo reduziu-se de 75,7% em 2001 para 52,6%, em 2004. Apesar da redução, ele é ainda considerável, indicando que o mercado valoriza sobremaneira a obtenção de um diploma universitário.

6 RESULTADOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

De modo a apurar com maior acuidade os efeitos da aceleração da economia, fez-se uma análise em separado apenas para o segundo semestre de 2004, quando a economia manteve-se mais aquecida.²⁹ Para este período, as rendas médias para os grupos de menor escolaridade são muito próximas àquelas verificadas para o ano de 2004 como um todo. A única diferença digna de nota refere-se aos ocupados com o terceiro grau completo, em que a renda média do segundo semestre é 2,0% mais baixa que a do ano como um todo.

²⁸ Para os detalhes da regressão, ver Fundação João Pinheiro (2003).

²⁹ Vale enfatizar que a comparação é feita entre o segundo semestre de 2004 e o ano de 2004 como um todo, indicando que as diferenças encontradas significam uma tendência à mudança e que as diferenças teriam sido bem maiores no caso de a comparação ter sido feita entre o segundo e o primeiro semestre.

Observando o setor de serviços, nota-se que a renda média do segundo semestre para os ocupados até a quarta série e de quinta à sétima série é respectivamente, 3,7% e 2,9% superior à média do ano, enquanto a daqueles com o terceiro grau completo é 2,1% inferior. Os resultados se invertem para a indústria, em que a renda no mesmo período é, respectivamente, 4,57% e 3,0% inferior para as duas categorias mais baixas de escolaridade. É, no entanto, 4,3% superior para a categoria com o terceiro grau completo. **Isso reforça a tese de que neste setor vem ocorrendo uma valorização de indivíduos mais qualificados. Os resultados para o setor de serviços, entretanto, apontam para uma redução no diferencial de renda entre os grupos de escolaridade.**

Rodando a regressão para apenas o segundo semestre de 2004, nota-se que a diferença de renda em relação à idade reduziu-se para todas as categorias, de maneira considerável para as faixas de 25 a 29 anos e de 60 a 65 anos. Isso confirma a tendência verificada entre 2001 e 2004. Em relação à posição na ocupação, a regressão mostra uma redução relativa no diferencial recebido pelos assalariados do setor público, que cai de 11,9% para 10,1% a mais que os assalariados com carteira. Esse resultado não é surpreendente, uma vez que o salário dos assalariados do setor público é menos sensível às variações na conjuntura econômica. Para os autônomos, a situação continuou a piorar, indicação de que autônomos com as demais características semelhantes a assalariados com carteira passaram a receber 26,0% a menos (para o ano como um todo, este valor foi de 24,3%). A situação dos empreendedores também se deteriorou um pouco: o diferencial caiu de 42,7% para 39,6%.

O impacto dos anos de estudos e do tempo de trabalho sobre a renda não sofreu alteração. Para os setores de atividade, destaca-se a queda no diferencial antes atribuído à indústria, que se reduziu de 3,7% para 2,3%. A situação do comércio melhorou levemente, com indivíduos empregados no setor comércio recebendo 4,0% a menos que indivíduos com características similares ocupados no setor de serviços.

7 CONCLUSÃO

Em 2004, confirmou-se a tendência de aumento na escolaridade dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, à semelhança de 2001, o rápido aumento no número de pessoas com o segundo grau concluído não foi acompanhado de uma respectiva elevação da renda. Isso explica que essa tenha sido, mais uma vez, a faixa de escolaridade em que ocorreu a maior queda na renda média. Como resultado positivo, no entanto, vale destacar a elevação relativa da renda dos ocupados com até a sétima série do primeiro grau, possivelmente indicando efeitos positivos da recuperação da atividade econômica e, mais especificamente, na construção civil, para a remuneração dos indivíduos com baixa escolaridade.

O perfil dos assalariados sem carteira continuou mudando, fato comprovado pelo aumento da escolaridade, pela maior sensibilidade da renda à escolaridade, pela queda menor de renda nessa categoria e pela elevação da renda dos assalariados sem carteira com o terceiro grau completo. Essa mudança é

verificada para o Brasil como um todo, provavelmente explicada pela reação dos agentes à grande regulamentação existente no mercado de trabalho.

A renda dos autônomos continuou caindo, embora, ao contrário do período de 1996 a 2001, essa queda tenha sido maior na indústria e no setor serviços. Em termos sociais, esse resultado é muito negativo e indica que a recuperação da atividade econômica não reverteu a deterioração de renda de uma categoria na qual se encontra grande parcela dos ocupados abaixo da linha de pobreza. No entanto, o fato de a queda na renda dos autônomos ter sido maior para o grupo com o terceiro grau completo e menor para os autônomos com menor escolaridade é uma indicação positiva, uma vez que aponta para redução da desigualdade. Além disso, uma vez que a participação dos autônomos na construção civil e no comércio é muito expressiva³⁰ a recuperação dessas atividades tende a ter impactos positivos na situação dos autônomos.

Vale também destacar o comportamento da remuneração média na indústria, único setor de atividade a acusar crescimento na renda média. Como indicado, isso se deu em paralelo a um forte aumento na escolaridade dos ocupados na indústria, refletindo a oferta de postos de trabalho mais qualificados, em consequência das adaptações aos imperativos impostos por novas tecnologias, por uma competição mais intensa e por mudanças no padrão manufatureiro.

Em síntese, o artigo explorou as mudanças recentes verificadas no mercado de trabalho. Foi importante observar que, ao contrário do que ocorreu no período de 1996 a 2001, os três anos seguintes foram marcados pela redução no diferencial de renda entre as categorias com maior escolaridade e aquelas com menor escolaridade. Esse resultado está consonante com a redução do poder explicativo da escolaridade sobre a desigualdade de renda, como confirmado pelos cálculos do índice L de Theil. Como atestado pelos cálculos dos efeitos *renda* e *composição*, a melhoria na distribuição de renda entre 2001 e 2004 pode ser, em grande medida, explicada pelo efeito *renda*, indicando as consequências positivas da recuperação econômica sobre os grupos de menor escolaridade, corroborando a Teoria do Labor Hoarding (Ramos, 1993).³¹ Embora esses resultados sejam diferentes para a indústria, os efeitos do aquecimento da atividade econômica no setor comércio, na construção civil e em ramos do setor serviços indicam impactos positivos nas categorias com menor escolaridade. Enfim, o resultado foi também confirmado pela regressão, que vem mostrando redução da sensibilidade da renda aos anos de estudo.

³⁰ Em 2004, 55,1% dos ocupados na construção civil eram autônomos. No comércio, a participação dos autônomos foi de 23,4%.

³¹ O fato de o efeito *composição* ter sido desfavorável para a distribuição de renda reitera que a melhoria no grau de escolaridade ainda não tem o efeito positivo que seria esperado por algumas teorias, assim como implícito na curva de Kuznetz.

8 APÊNDICE: RESULTADOS DA REGRESSÃO

VARIABLES:	UNSTANDARDIZED COEFFICIENTS B	Std. Error	T	Sig.	95% CONFIDENCE INTERVAL FOR B	
					Lower Bound	Upper Bound
(Constant)	4,748	0,001	6750,601	0,000	4,74640	4,74916
ANEST	0,101	0,000	2057,046	0,000	0,10070	0,10089
ID1.....	0,279	0,001	530,316	0,000	0,27823	0,28029
ID2	0,422	0,001	745,941	0,000	0,42109	0,42330
ID3	0,490	0,001	843,630	0,000	0,48880	0,49107
ID4	0,528	0,001	987,611	0,000	0,52683	0,52892
ID5	0,522	0,001	764,368	0,000	0,52091	0,52359
ID6	0,447	0,001	361,674	0,000	0,44435	0,44920
POS1	-0,237	0,001	-396,710	0,000	-0,23802	-0,23568
POS2	0,119	0,001	207,020	0,000	0,11760	0,11984
POS3	-0,243	0,000	-515,417	0,000	-0,24410	-0,24225
POS4	0,427	0,001	472,631	0,000	0,42475	0,42829
Q400	0,026	0,000	934,811	0,000	0,02568	0,02579
SET1	0,037	0,000	76,719	0,000	0,03583	0,03771
SET2	0,032	0,001	44,897	0,000	0,03037	0,03314
SET3	-0,044	0,000	-91,955	0,000	-0,04533	-0,04344
SET4.....	-0,168	0,001	-272,356	0,000	-0,16915	-0,16674
SEXO.....	0,420	0,000	1182,471	0,000	0,41975	0,42114

Fonte: Regressão realizada com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego.